

CRÉDITO PESSOAL

Acesso fácil requer uso consciente



Crédito pessoal é um recurso viável para a realização de sonhos de consumo, especialmente com as quedas graduais das taxas de juros

Aumenta o volume de recursos, mas recorrer a empréstimos exige bom planejamento

Há uma combinação de fatores que favorece a concessão de crédito pessoal no Brasil: estabilidade econômica, avanço na renda do trabalhador, modalidades relativamente novas – caso do crédito consignado –, prazos mais longos de pagamento e quedas nas taxas de juros, que, em fevereiro, atingiram a menor média desde 2000, ficando em 39,7%. Eles ajudam a explicar o crescimento de 20,7% no volume de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em 2006 – em comparação com o ano anterior –, que alcançou R\$ 732,8 bilhões, de acordo com o Banco Central (BC).

No período, foi registrado expressivo crescimento nas modalidades destinadas à pessoa física: o crédito pessoal avançou 25,9% de dezembro de 2005 a dezembro de 2006, os financiamentos imobiliários ampliaram-se 26,8% e os empréstimos para aquisição de veículos avançaram 25,2%. Por outro lado, os juros declinaram: as taxas nas operações de crédito para pessoa física passaram de uma média de 59,3% para 52,1% ao ano, redução de 7,2 pontos percentuais. “A queda nas taxas de juros é um importante fator para explicar o crescimento do crédito no Brasil. Além disso, destaca-se também o crescimento do crédito consignado, que é um dos responsáveis por puxar as taxas médias para baixo”, afirma o diretor do Banco Schahin, Cláudio Ferro. Os empréstimos com desconto em folha têm boa parte do seu sucesso atrelada à segurança de o pagamento ser descontado diretamente do salário do trabalhador, o que reduz o risco de inadimplência e, conseqüentemente, a taxa de juros. Em fevereiro, segundo o BC, o saldo do crédito consignado avançou 2,4% e manteve sua tendência de ampliação de partici-

pação no crédito total, atingindo 54,6% no mês.

A expectativa é de que o volume emprestado pelo SFN continue a crescer em 2007. O ano já começou com bons indicadores. De acordo com o BC, houve crescimento de 0,7% no volume total de empréstimos em janeiro e de 1,1% em fevereiro.

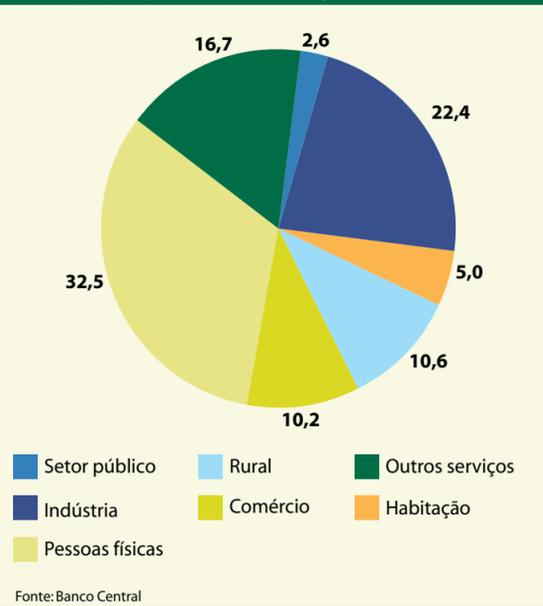
No Banco Schahin, segundo Ferro, a previsão é dobrar o volume de crédito concedido em relação ao ano anterior. “Deve ter continuidade, no País, a política de redução, de forma gradual, das taxas de juros. É uma tendência que não tem mais volta e vai permitir ao Brasil, dentro de um ou dois anos, chegar a patamares mais adequados, mantendo as condições bastante favoráveis”, diz. Ele aposta na continuidade da expansão significativa do crédito consignado e aponta outros destaques, como o financiamento de automóveis, que também apresentam forte aceleração.

Disciplina

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) divulgou em março uma queda de 0,02 ponto percentual na taxa de juros ao consumidor em fevereiro, na comparação com o mês anterior. Nas operações de crédito para pessoa física, das seis linhas pesquisadas, quatro tiveram redução, uma ficou estável e uma teve alta. A taxa de juros média caiu de 7,4% ao mês (135,53% ao ano), em janeiro último, para 7,38% (135,01%), em fevereiro.

Embora essa tendência de queda e a maior oferta de crédito sejam atraentes para os tomadores, alguns cuidados não podem ser dispensados. Afinal, a redução na inadimplência também é importante para que os juros continuem caindo, já que é um dos itens que mais incrementa o custo do empréstimo. No ano passado, a inadimplência no segmento pessoa física foi de 7,6%, o que significa 0,9 pontos percentuais mais do que no ano anterior. No primeiro bimestre de 2007, de acordo com a Serasa, ela aumentou 7,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Assim, planejamento antes de tomar os empréstimos e disciplina para honrar o compromisso são fundamentais para o sucesso do negócio.

Participação por modalidade (janeiro/2007 – em %)



O desempenho do crédito no Brasil

Principais destaques	2005	2006
Volume total (R\$ bilhões)	607,0	732,8
Volume total recursos livres (R\$ bilhões)	403,7	498,9
Volume total pessoa física (R\$ bilhões)	190,7	238,8
Volume total pessoa jurídica (R\$ bilhões)	213,0	260,1
Volume total recursos direcionados (R\$ bilhões)	203,3	234,0
Taxa Selic – meta	18,00	13,25
Taxa média total dos empréstimos (% ao ano)	45,9	39,8
Taxa média pessoa física (% ao ano)	59,3	52,1
Taxa média pessoa jurídica (% ao ano)	31,7	26,2
Prazo médio – total (dias)	264	291
Prazo médio – pessoa física (dias)	319	364
Prazo médio – pessoa jurídica (dias)	218	228
Inadimplência – total	4,2	5,0
Inadimplência – pessoa física	6,7	7,6
Inadimplência – pessoa jurídica	2,0	2,7

Fonte: Febraban

Estudos apontam boas perspectivas para 2007

Uma pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), realizada na primeira quinzena de fevereiro deste ano, apurou as projeções de 49 instituições financeiras sobre 30 variáveis econômicas, entre elas o crédito. Elas acreditam que o avanço, neste ano, seja semelhante ao de 2006, ou seja, em torno de 20%.

Outro levantamento, realizado pela Serasa – maior empresa do Brasil em pesquisas, informações e análises econômico-financeiras para apoiar decisões de crédito e negócios – reforça o otimismo.

Intitulada *Perspectiva Empresarial*, a pesquisa foi feita entre 8 e 12 de janeiro deste

ano, com 1.021 executivos de todo o País. Entre os consultados há a expectativa de continuidade de redução das taxas de juros; elevação da massa salarial; ampliação da oferta de crédito pelo setor bancário, com encargos menores tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas; e incremento das atividades do setor de construções residenciais.

Essa última previsão justifica-se pelas medidas adotadas pelo governo, ainda em 2006, referentes ao setor, entre elas redução do IPI de vários materiais e introdução de financiamentos imobiliários com prestações fixas para imóveis de até R\$ 350 mil.



Estimativa de ampliação da oferta de crédito pelas instituições deve facilitar ainda mais o acesso a modalidades como o financiamento de veículos

BANCOS

Parceiros na concretização dos sonhos

Diversas linhas de crédito estão disponíveis para aquisição de bens ou ganho de fôlego financeiro

As taxas, condições e os prazos de pagamento das diversas modalidades de crédito variam de banco para banco. Assim, os interessados em contratar um financiamento, seja para a aquisição de casa própria, veículo ou material de construção, seja para sanar dificuldades financeiras, devem fazer comparações e projeções para não comprometer demais a renda. Confira as principais linhas oferecidas por alguns bancos.

ABNAMRO Real

No último mês de 2006, a carteira de crédito do banco para pessoas físicas atingiu R\$ 21,7 bilhões. No crédito pessoal, as taxas vão de 2,45% a 6,50% ao mês, com prazos de pagamento de dois a 36 meses e valores a partir de R\$ 200 e sem limite máximo (de acordo com a renda). Empréstimos consignados têm taxas de 1,12% a 4% ao mês, prazos de três a 36 meses e valores entre R\$ 200 e R\$ 50 mil. No caso de pensionistas e aposentados do INSS só mudam as taxas, que ficam entre 1,79% e 2,78%. No CDC Veículos elas vão de 1,93% a 3,20% e os prazos são de até 48 meses (valores sob consulta). O crédito imobiliário, cuja carteira atingiu R\$ 2,0 bilhões em dezembro último, tem taxas de 9% a 13% ao ano, mais TR, prazos de até 20 anos, e valor mínimo de R\$ 46 mil e máximo limitado a 25% da renda familiar bruta. No financiamento de veículos, o Real atua por intermédio da Aymoré.

1,79%

Taxa de juros mínima oferecida pelo Banco Real nos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS

Banco do Brasil

O total de empréstimos para pessoas físicas em 2006 foi de R\$ 12,3 bilhões. O BB Crédito, para financiamento de bens, serviços e tributos, tem juros de 2,41% ao mês. As taxas da linha para a compra de material de construção ficam entre 1,90% e 2,41% ao mês. As duas modalidades têm prazos de dois a 48 meses e valores entre R\$ 100 e R\$ 20 mil. O BB Crédito Consignação cobra de 0,95% a 2,95% ao mês, tem prazos entre dois e 48 meses e valores de R\$ 100 a R\$ 150 mil no caso de empresas conveniadas. Para aposentados e pensionistas do INSS as taxas são de 0,95% a 2,30% e o prazo de dois a 36 meses. O crédito para compra de veículos cobra entre 1,89% a 3,26% ao mês, tem prazos entre dois e 48 meses e valores de R\$ 2 mil a R\$ 100 mil. O Banco do Brasil começou a trabalhar com crédito imobiliário em um projeto-piloto no



Instituições financeiras dispõem de um leque amplo de alternativas de crédito, desenhadas de acordo com cada necessidade ou perfil de cliente

Distrito Federal, mas em breve vai estender a linha para todo o País. As taxas vão variar de 10,49% a 12% ao ano, mais TR, e o cliente poderá financiar até 80% do valor do imóvel, por prazos de até 180 meses.

Bradesco

Os empréstimos para pessoas físicas em 2006 totalizaram R\$ 39,6 bilhões, volume que deverá ter um acréscimo de 30% em 2007. Só no crédito habitacional, o banco movimentou R\$ 2,1 bilhões no ano passado e a expectativa é atingir R\$ 3 bilhões este ano. O crédito pessoal tem taxa de 4,83% e prazos entre um e 24 meses. No consignado para aposentados e pensionistas do INSS incidem taxas de 1,20% ao mês, para pagamento entre um e quatro meses; 1,75% para cinco a seis meses; 2,30% para sete a 12 meses; e 2,78% para 13 a 36 meses. No Crédito Direto ao Consumidor para compras de veículos novos a até sete anos de uso, a taxa fica entre 1,65% e 1,81%, e os prazos entre um e 60 meses. O financiamento de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) segue as regras do programa: pode atingir até 80% do valor total de compra, tem prazo máximo de 240 meses e taxas diferenciadas. As prestações fixas têm reajuste de 13,5% ao ano para financiamento em até 120 meses, e de 14% acima desse prazo. Em parcelas variáveis, financiamentos para imóveis de até R\$ 120 mil têm taxas de 8%, e acima de R\$ 120 mil, de 12%.

CEF

Em 2006, o volume de crédito a pessoas físicas da Caixa Econômica Federal foi de R\$ 19,2 bilhões; para 2007, a previsão é de R\$ 25,3 bilhões.

Em habitação, foram R\$ 14,2 bilhões, com previsão de R\$ 17,4 bilhões para este ano. Já o crédito pessoal tem taxas entre 2,45% e 5,12% ao mês, prazos de até 36 meses e valores entre R\$ 190 e R\$ 20 mil. As taxas do empréstimo consignado ficam entre 1,30% e 3,80% e os prazos em até 72 meses. O valor máximo é calculado de acordo com a renda. No financiamento de veículos as taxas ficam entre 1,89% e 3,56%, o prazo é de até 36 meses e os valores vão de R\$ 1 mil a R\$ 35 mil. Os empréstimos para compra de imóveis com recursos do FGTS, destinados a famílias com renda de até R\$ 4,9 mil e imóveis com preços até R\$ 100 mil, têm taxas entre 6% ao ano mais TR e 10,16% mais TR. Os empréstimos com recursos da caderneta de poupança vão de 9,56% ao ano mais TR a 13,34% sem TR, uma linha nova aberta no ano passado. Os prazos de pagamento vão de 60 a 240 meses.

2,56%

Taxa mínima da CitiFinancial no empréstimo com a garantia do veículo, que também cobre automóveis já financiados

CitiFinancial

A empresa, do Citigroup, oferece várias modalidades de crédito. No empréstimo pessoal, as taxas variam de 7,99% a 13,99% e os prazos de um a 36 meses. O valor máximo é de até três vezes a renda. Já o empréstimo pessoal sem comprovação de renda tem prazos de um a nove meses, com valor máximo de R\$ 500. No empréstimo consignado, as taxas partem de 1,75%, os prazos variam de

um a 36 meses e o valor é de até três vezes a renda. Já na mesma modalidade para aposentados e pensionistas do INSS, as taxas vão de 1,75% a 2,72% e o prazo até 36 meses. A empresa também oferece empréstimo com a garantia do veículo (o produto também cobre veículos já financiados), com taxas entre 2,56% e 4,49%. O prazo de pagamento vai até 36 meses e o valor pode chegar a 80% do valor dos veículos pela tabela Molicar.

HSBC

A instituição não divulgou o montante emprestado em 2006 nem a previsão para 2007. O crédito pessoal tem taxas entre 3,9% e 6,3% ao mês, prazos entre seis e 60 meses, e valor mínimo de R\$ 50 e máximo de R\$ 50 mil. O crédito consignado para pensionistas e aposentados do INSS cobra 1,48% ao mês, tem prazos de um a 36 meses e coloca à disposição entre R\$ 200 e R\$ 20 mil. O crédito para compra de veículos não pode exceder o percentual de 70% do valor total do bem, tem taxas entre 1,43% e 1,9% ao mês, prazos entre seis e 60 meses e financia valores entre R\$ 1 mil e R\$ 130 mil. No caso do financiamento de imóveis, as taxas variam entre 8% e 13% ao ano, valores entre R\$ 15 mil e R\$ 500 mil e prazos entre 12 e 240 meses.

Itaú

O montante de empréstimos para pessoas físicas fechou em R\$ 40,4 bilhões em 2006, dos quais R\$ 2,4 bilhões foram destinados ao crédito imobiliário. O crédito pessoal tem taxas a partir de 5,5%, prazos entre sete dias e um ano, e valores entre R\$ 80 e R\$ 15 mil. O crédito para aposentados e pensionistas do INSS tem taxas

a partir de 5,42%, prazos entre dois meses e três anos e valores de R\$ 80 a R\$ 15 mil. Para veículos, as taxas são de 1,98% a 2,50% ao mês, prazos de um a 60 meses e valores variáveis, de acordo com a renda. O crédito imobiliário pelo SFH tem três faixas de juros. Para imóveis entre R\$ 40 mil e R\$ 100 mil, é de 8% ao ano do primeiro ao 36º mês e de 12% nos restantes; de R\$ 100 mil a R\$ 350 mil, o percentual é único: 12%; e a partir de R\$ 350 mil, a taxa é de 12,5%. O prazo máximo para o pagamento é de 20 anos.

3,40%

Taxa mínima de juros da Cred Mais Fácil, na Nossa Caixa, incidente nas operações destinadas a servidores públicos

Nossa Caixa

Os empréstimos para pessoas físicas totalizaram R\$ 4,6 bilhões em 2006. Entre as linhas de crédito pessoal, a Cred Mais Fácil tem juros de 4,25% para prazos de dois a 12 meses, e 4,95% para 13 a 24 meses, no caso de correntistas há um ano. Os restantes pagam taxas de 6,95%. Para funcionários públicos, as taxas são de 3,40%, de dois a 12 meses; 3,80%, de 13 a 24; e 4,20%, de 25 a 36. O valor mínimo é R\$ 200 e o máximo R\$ 10 mil. O crédito consignado está disponível para servidores públicos estaduais e municipais (taxas entre 1,65% a 2,95% e prazos até 72 meses) e funcionários de empresas privadas conveniadas (2,65% a 3,60%, até 36 meses). O crédito imobiliário financia até R\$ 245 mil. As taxas de juros dos planos com reajuste

variam entre 7% (para valores até R\$ 40 mil) e 12% (acima de R\$ 50 mil).

Santander Banespa

O valor total de empréstimos em 2006 foi de R\$ 12,3 bilhões, crescimento de 32% em relação a 2005. As taxas de juros do crédito pessoal ficam entre 3,5% e 5,8% ao mês, o valor máximo da operação depende da capacidade de pagamento, e o prazo é de 24 meses, para clientes, e de 48 meses, para quem recebe salário pela conta corrente. O Supercrédito INSS, modalidade de empréstimo consignado destinada a aposentados e pensionistas, tem taxas de juros entre 1,64% e 2,76% ao mês, e prazo de até 36 meses. As opções de crédito imobiliário incluem o Supercasa Própria e o Supercasa 20. Ambos financiam até 80% do preço total do imóvel e têm prazo de pagamento de 20 anos. O primeiro tem duas faixas: entre R\$ 40 mil e 120 mil, as taxas de juros são de 7,95% mais TR (três anos) e 12% mais TR (restante); a segunda tem juros de 10,95% mais TR (10 anos), e 8,95% mais TR (restante). O Supercasa 20 diferencia-se pelas prestações prefixadas. Ele financia imóveis a partir de R\$ 40 mil e tem taxa de juros de 14% ao ano.

2,10%

Taxa mínima de juros para as operações de financiamento de veículos oferecidas pelo Banco Schahin

Schahin

Em 2006, destinou R\$ 650 milhões às operações de crédito pessoal e, este ano, prevê que o volume alcance R\$ 1,3 bilhão. Para a modalidade, o banco oferece taxas que vão de 3,0% a 12,0% (de acordo com a análise do cliente e produto), prazos de seis a 36 meses e valor mínimo de R\$ 500. Já para crédito consignado, as taxas oscilam entre 1,5% e 3,2%. O valor mínimo do empréstimo é R\$ 500 e os prazos de pagamento vão de seis a 72 meses. Para aposentados e pensionistas do INSS a taxa máxima é de 2,72% e prazo máximo é de 36 meses. Já o financiamento de veículos oferece taxas de 2,10% a 3,70% e prazos de pagamento de nove a 48 meses. O valor mínimo emprestado para essa modalidade é R\$ 500 e o limite está condicionado à análise do cliente e do produto.

Sudameris

Na modalidade Crédito Pessoal, as taxas variam de 1,95% a 6,50% ao mês, o prazo vai até 36 meses e o valor mínimo é de R\$ 200 e máximo sujeito à aprovação. Há também as modalidades Crédito Pessoal Antecipação da Restituição de IR, Crédito Pessoal Antecipação do 13º Salário e Crédito Pessoal Automático. Além disso, o banco oferece o CDC Veículos Real e Sudameris, um financiamento com taxas a partir de 1,93%, prazo de até 48 meses e valores sujeitos à aprovação; o CDC Reforma Rápida Real e Sudameris, com taxas a partir de 3,5%, prazo até 24 meses e valores sujeitos à aprovação; e CDC Socioambiental Real e Sudameris, com taxas a partir de 2,35%, prazos de até 24 (PF) e 36 (PJ) meses e valores sujeitos à aprovação.

Quer financiar sua casa?
O Sudameris resolve.

Quer um serviço que providencie
a documentação?

O Sudameris também resolve.



O Sudameris Imóvel Assessoria* é um serviço que cuida de tudo que o seu financiamento precisa: auxílio para obter a documentação cartorária, courier para pagamento de impostos e providências com o registro do imóvel. E você ainda conta com as melhores opções de financiamento: juros a partir de 9% ao ano + TR e financiamento de até 100% do seu segundo imóvel. Acesse www.sudameris.com.br, ligue (11) 3553-4058 ou, se preferir, converse com o seu Gerente de Relacionamento.



SUDAMERIS

Uma empresa ABN AMRO REAL

www.sudameris.com.br

CRÉDITO CONSIGNADO

Popularização do salário como garantia

Em 2006, modalidade representou 54,3% do total movimentado pelo crédito pessoal

ano repetiram a tendência de alta da demanda. De acordo com a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), a carteira de crédito consignado atingiu, em fevereiro último, R\$ 50,0 bilhões, expansão de 49% em relação ao mesmo mês de 2006.

Facilidades

O crescimento contínuo dos volumes movimentados pelos empréstimos consignados é fácil de entender. A modalidade possibilita que trabalhadores com registro em carteira e aposentados e pensionistas do INSS contratem empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento (*leasing*) com taxas de juros menores do que as fixadas em outras operações. Isso é possível porque o valor das prestações é descontado diretamente da folha de salário ou das contribuições

54,3%

Participação do crédito consignado no volume de crédito pessoal movimentado no ano passado

O volume de recursos movimentado pelos empréstimos consignados desde o seu lançamento, em setembro de 2003, até dezembro de 2006, chegou a R\$ 48,2 bilhões, de acordo com o relatório *Operações de Crédito do Sistema Financeiro*, divulgado pelo Banco Central. Isso significa que, de dezembro de 2005 ao final do ano passado, a carteira evoluiu nada menos do que 52%. O documento também aponta queda de 2,9 pontos percentuais na média da taxa de juros anual cobrada pelas instituições financeiras para a modalidade. Em dezembro de 2006 ela atingiu 33,4%; no mesmo mês de 2005 havia sido de 36,4%.

Do valor total de empréstimos apurado em dezembro último, R\$ 42,2 bilhões foram movimentados por funcionários públicos ativos e inativos e aposentados e pensionistas do INSS, e cerca de R\$ 6,0 bilhões por trabalhadores da iniciativa privada. Essa participação maior do primeiro grupo – 87,6% do volume – acompanhou o ritmo dos anos anteriores: em 2005, ela havia sido de 88% e em 2004 de 85,2%.

Participação

Ainda de acordo com a análise do Banco Central, o total de recursos envolvido no crédito consignado representa 54,3% do volume de crédito pessoal no ano, que foi de R\$ 88,650 bilhões. Em 2005, a participação da modalidade no total havia sido de 44,8%, e, em 2004, de 34,8%.

Os primeiros meses deste

social (caso de aposentados e pensionistas), o que representa uma garantia de quitação para as instituições financeiras que oferecem a modalidade. Também por essa razão, a obtenção de crédito consignado é menos burocrática. A restrição concentra-se no percentual da renda que o trabalhador pode dispor para fazer o pagamento.

O assalariado poderá comprometer até 30% de seu salário líquido com a quitação das prestações ou 40% do rendimento bruto. Além disso, todos os contratos têm prestações fixas, para simplificar os descontos em folha de salários e evitar o endividamento excessivo do empregado que lança mão dessa modalidade de crédito.



Trabalhadores com carteira assinada e aposentados e pensionistas do INSS têm à disposição um crédito sem burocracia e com taxas menores de juros

Norma aperfeiçoa transações para aposentados

O crédito consignado destinado a aposentados e pensionistas ganhou ainda mais transparência e segurança a partir de maio do ano passado com a publicação da Instrução Normativa (IN) nº 5, do INSS, que alterou a Instrução Normativa até então em vigor (nº 121, de julho de 2005).

Ela estabelece a obrigatoriedade de as instituições financeiras informarem previamente ao beneficiário o valor total financiado, as taxas (mensal e anual) de juros, os acréscimos e o número e a periodicidade das prestações, entre outros dados. Também proíbe a contratação de empréstimo por telefone e a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito (TAC).

Ainda de acordo com a IN, as prestações não podem ultrapassar 30% do valor da aposentadoria ou pensão recebida, incluído o limite do cartão de crédito fornecido por algumas instituições financeiras. O prazo máximo para quitação do empréstimo é de 36 meses, e o beneficiário não está obrigado a obter o crédito no banco pelo qual recebe o pagamento – o que se constitui mais uma facilidade dessa modalidade de crédito, além do fato de oferecer taxas mais reduzidas de juros.

Crédito consignado 2006 (R\$ milhões)

	Trabalhadores		
	Públicos*	Privados	Total
Janeiro	29.166	3.913	33.078
Fevereiro	30.396	4.107	34.503
Março	31.513	4.288	35.801
Abril	32.680	4.501	37.181
Maio	34.001	4.605	38.606
Junho	35.185	4.915	40.100
Julho	36.834	5.192	42.026
Agosto	38.103	5.355	43.458
Setembro	39.119	5.542	44.660
Outubro**	40.152	5.708	45.860
Novembro**	41.219	5.862	47.081
Dezembro**	42.206	5.968	48.175

* Inclui empréstimos para funcionários públicos ativos e inativos, e aposentados e pensionistas do INSS. ** Dados preliminares. Fonte: Banco Central do Brasil



Modalidade possibilita a realização de sonhos de consumo



Ganho de fôlego financeiro também motiva a contratação



Aposentados e pensionistas do INSS têm taxas mais atraentes

Acesso ampliado para compra de imóveis e veículos

Em 2006, os créditos imobiliários do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) totalizaram R\$ 9,5 bilhões, aumento de 95,5% em relação ao ano anterior, segundo levantamento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Esse volume de recursos possibilitou o financiamento

de 115.523 unidades, o que superou as previsões feitas pelo setor no início do período, de que seria encerrado com R\$ 8,5 bilhões, aplicados em menos de 100 mil unidades.

O avanço também se manteve nos primeiros meses deste ano. Em fevereiro, os agentes do SBPE – que operam com recursos das cadernetas de

95,5%

Crescimento do volume de créditos imobiliários do SBPE em 2006, em comparação com o ano anterior

poupança – atingiram R\$ 889 milhões, crescimento de 85,8% em relação ao mesmo mês de 2005, e de 26,2% em comparação a janeiro de 2007.

Automóveis

No setor de automóveis, as operações de crédito também cresceram. De acordo com o Banco Central, entre dezembro

de 2005 e dezembro de 2006, o volume movimentado passou de R\$ 50,7 bilhões para R\$ 63,5 bilhões, ou seja, aumento de 25,5%. O bom desempenho deve-se, entre outros fatores, ao alto nível de oferta do setor automobilístico, ao alongamento dos planos de financiamento e à relativa estabilidade econômica.



CARTÕES

O passaporte ideal para o consumo

Plásticos atraem os brasileiros, e em 2006 País foi o terceiro maior emissor do mundo

No ano passado, quando completaram 50 anos de existência no Brasil, os cartões de crédito posicionavam o País como terceiro maior emissor do mundo. De fato, o volume de plásticos em circulação impressiona, assim como seu crescimento acelerado.

De acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), ao final de 2006 existiam 379 milhões de unidades, incluindo os de crédito (78 milhões), débito (189 milhões) e lojas (112 milhões), usados em 4,3 bilhões de transações, que movimentaram R\$ 244,3 bilhões. Os números são bem superiores aos de 2005, que fechou com as marcas de 338 milhões de cartões em circulação, 3,7 bilhões de transações e R\$ 203,2 bilhões movimentados – aumentos, respectivamente, de 12%, 18% e 20%. Desde 2000, ano que foi

encerrado com 119 milhões de cartões em circulação, o crescimento de emissões, até 2006, foi de mais de 218%.

Praticidade

As facilidades explicam o sucesso do dinheiro de plástico. Para os lojistas, são excelentes aliados para evitar prejuízos, como os ocasionados por cheques devolvidos, por exemplo. Para os consumidores, são instrumentos de crédito rápido e sem burocracia, seguros e práticos, já que possibilitam ganhar prazo de até 40 dias para pagar e, assim, planejar a quitação das compras de acordo com a conveniência e disponibilidade financeira.

Essas vantagens levam os cartões de crédito a reinarem também nas compras feitas pela Internet. Segundo levantamento do Credicard Itaú, entre meados de 2005 e meados de 2006, eles foram utilizados para pagar as compras por cerca de metade dos 9,1 milhões de consumidores *on-line* do Brasil, o que representou o pagamento de 85% de todas as transações.

Além disso, uma pesquisa feita pelo Instituto Ipsos e publicada em 2006 pelo jornal *Meio & Mensagem* mostrou que, entre 2.085 entrevistados, apenas 0,94% afirmaram ter tido algum tipo de problema relacionado a fraudes com cartão de crédito ou qualquer outra transação bancária na Internet.

Evolução do número de cartões, transações e recursos movimentados

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
TOTAL	Número de cartões (milhões)	119	151	183	222	277	338
	Variação (%)		28%	21%	21%	25%	22%
	Número de transações (bilhões)	1,3	1,6	1,9	2,2	2,9	3,7
	Variação (%)		25%	19%	19%	30%	25%
CÉDITO	Valor transações R\$ (bilhões)	69,2	92,5	108,0	132,0	164,1	203,2
	Variação (%)		34%	17%	22%	24%	24%
	Número de cartões (milhões)	29	38	42	45	53	68
	Variação (%)		31%	11%	9%	17%	29%
DÉBITO	Valor transações R\$ (bilhões)	48,4	63,6	73,0	88,0	101,3	123,0
	Variação (%)		31%	15%	14%	23%	23%
	Número de cartões (milhões)	48	64	82	105	138	171
	Variação (%)		33%	29%	28%	31%	24%
LOJA	Valor transações R\$ (bilhões)	10,6	16,7	21,8	28,8	44,2	58,2
	Variação (%)		58%	31%	32%	53%	32%
	Número de cartões (milhões)	42	50	59	71	86	99
	Variação (%)		19%	18%	20%	21%	15%
LOJA	Valor transações R\$ (bilhões)	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6
	Variação (%)		9%	5%	12%	19%	18%
	Valor transações R\$ (bilhões)	10,2	12,2	13,2	15,2	18,6	22,0
	Variação (%)		20%	8%	15%	22%	18%

Fonte: Abecs

Vantagens não descartam os cuidados

Embora seja fácil, rápido e seguro comprar e pagar com cartões, os consumidores devem adotar alguns cuidados para evitar transtornos, como os decorrentes de furtos, roubo ou clonagem e, ainda, o de perder o controle dos gastos e se endividar além da conta. A Fundação Procon oferece algumas dicas para isso:

- Leia atentamente as cláusulas antes de assinar o contrato de adesão. Nelas devem constar a

data de vencimento e o valor da anuidade, que variam de cartão para cartão. Alguns cartões cobram juros a partir da data da compra. Por isso, é aconselhável perguntar sobre a incidência de juros antes de usar esse tipo de cartão.

- Os cartões adicionais podem ser cobrados e os custos são de responsabilidade do titular. Certifique-se sobre isso antes de solicitar cartões extras.

- Não existe preço diferenciado para pagamento à vista ou com cartão de crédito. Por isso, recuse qualquer proposta nesse sentido.

- Antes de optar pela forma de pagamento da fatura – integral ou parcelada com juros –, avalie as vantagens e desvantagens calculando os juros do período para o saldo devedor, já que incidirão sobre o valor que for financiado.

- Nunca assine comprovantes em branco na hora da compra se o preenchimento for manual. Exija que o decalque seja feito na sua frente e verifique se todas as vias estão preenchidas e se o carbono foi rasgado. No final, confira se o cartão não foi trocado ao ser devolvido.

- Em caso de perda, extravio ou furto, comunique a ocorrência imediatamente à administradora do cartão.

PRECISANDO DE DINHEIRO? NÃO PASSE APERTO, PASSE NA CIFRA.

» Crédito Pessoal⁽¹⁾

» Financiamento e Refinanciamento de Veículos⁽¹⁾

» Empréstimo consignado para Aposentados⁽²⁾ e Servidores Públicos⁽³⁾

Está precisando de uma ajuda para pagar as contas? Quer comprar um carro novo? Quer viajar ou reformar a casa? Na Cifra você tem crédito pessoal, empréstimos consignados para aposentados e servidores públicos, financiamento e refinanciamento de veículos. Tudo com taxas muito menores que no cartão de crédito e no cheque especial, e sempre com um plano que cabe no seu bolso. Não passe aperto, passe já numa loja Cifra.

Ligue 0800 016 1991
e saiba qual a loja Cifra mais perto de você.

É RÁPIDO, É FÁCIL.

CIFRA É DINHEIRO.

(1) Crédito sujeito a aprovação. (2) Crédito sujeito a margem consignável. Documentos necessários: número do benefício, RG, CPF e comprovante de residência. Seguro prestamista totalmente grátis. Taxa de Juros máxima de 2,72% a.m. Encargos adicionais: IOF, na forma da Lei, a ser acrescido às parcelas. (3) Crédito sujeito à margem consignável. Informe-se sobre as condições vigentes para empréstimos ou financiamentos com os nossos representantes.

A representação do dinheiro neste material tem apenas efeito ilustrativo. Base: MAR/2007



CIFRA
CRÉDITO RÁPIDO

UMA EMPRESA DO GRUPO SCHAHIN

Banco Schahin

PLANEJAMENTO

Uso consciente potencializa vantagens

Tranquilidade financeira depende da adoção de cuidados ao lançar mão de crédito

O planejamento e uso racional dos produtos financeiros, como crediários, empréstimos e cartões de crédito, têm impacto positivo na qualidade de vida dos indivíduos e na sustentabilidade do planeta. A partir dessa crença, o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente desenvolve o projeto *O Consumo Consciente do Dinheiro e do Crédito*, que tem o apoio dos bancos ABN AMRO Real e Ibi e do Grupo VR, e inclui uma série de publicações sobre o tema. A última delas é fruto de um debate ocorrido em agosto de 2005, do qual participaram economistas, consultores, psicanalistas e publicitários. Em um dos capítulos – *Planejamento financeiro: o caminho para transformar sonhos em realizações* –, o consultor Louis Frankenberg afirma que felicidade, saúde e tranquilidade financeira são os três maiores desejos das pessoas.

Ele defende que felicidade é um estado de espírito e que a saúde muitas vezes independe de cada um, mas a tranquilidade financeira está ligada quase que exclusivamente a um bom planejamento. Suas principais dicas para garanti-la são manter uma reserva de recursos para enfrentar os imprevistos, assim como seguros de vida e de saúde, contribuir com o INSS e, se possível, ter um plano de previdência complementar.

Apesar de essa ser a mais eficiente receita para manter saudável a vida financeira, nem todo mundo consegue aplicá-la. Tanto que, de acordo com a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), em novembro último 70% dos consumidores da Região Metropolitana de São Paulo declararam estar endividados – o maior índice apurado desde 2004.

Orientações

Para ajudar os consumidores a evitar essa situação, a Serasa distribui gratuitamente em suas agências o guia *Saiba como evitar a inadimplência e garantir o seu futuro*, que pode ser acessado também pela Internet (www.serasa.com.br). Entre as orientações apresentadas, algumas contribuem para manter a vida financeira o mais saudável possível, e outras para que os inadimplentes saiam do sufoco. Confira:

- Assuma compromissos financeiros, considerando o seu orçamento doméstico, com a certeza de poder honrá-los.
- Junte a família e faça um levantamento de todos os gastos, inclusive com o cafezinho. O casal deve decidir conjuntamente onde cortar gastos, quanto guardar e onde pôr o dinheiro.
- Trace objetivos e metas de curto, médio e longo prazos.



Manter um controle rígido sobre as contas e planejar novos gastos são passos fundamentais para assegurar condições de quitar as dívidas contraídas e manter o nome limpo na praça

- Abandone a onda de consumismo: saia de casa apenas com uma folha de cheque na carteira e com o dinheiro contado.

- Comece a economizar nas pequenas coisas: utilize racionalmente o telefone celular, habitue-se a apagar as luzes toda vez que sair de um ambiente e prefira lâmpadas menos potentes em alguns cômodos, e pesquise preços antes de comprar qualquer produto, entre outras medidas.

- Não avance no limite do cheque especial. Tente diminuir gradativamente o endividamento e só comprar à vista.

- Caso tenha dificuldade para honrar o compromisso no vencimento, negocie com o credor outra forma de pagamento para a dívida vencida.

- Conheça os prazos de atrasos em pagamentos utilizados pelos credores para cadastrar as pendências financeiras nos bancos de dados de proteção ao crédito.

- Cheque é uma ordem de pagamento à vista. Ao emití-lo, lembre-se de que ele poderá ser descontado imediatamente.

- Cheque pré-datado é uma forma de obter crédito, mas é preciso controlar esses cheques no seu orçamento, anotando os valores e as respectivas datas.

Pendências regularizadas, nome limpo

Não há necessidade de contratar serviços de terceiros para regularizar uma anotação registrada nos cadastros de proteção ao crédito. Qualquer pessoa inadimplente pode fazer isso e quitar suas dívidas com os fornecedores. E, o melhor: com a ajuda da Serasa. Além de manter em suas agências das capitais e grandes cidades o Serviço Gratuito de Orientação do Cidadão, o órgão expõe, em seu site, os procedimentos que devem ser adotados pelos consumidores que emitiram cheques sem provisão de fundos, têm título protestado ou dívida vencida ou estão envolvidos em ação judicial. Depois de entregar à Serasa os documentos necessários para obter a baixa da anotação, o prazo para que a informação seja excluída do sistema é de cinco dias úteis, como determina a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Veja como proceder.

Anotação de cheques sem fundos

- Procure a agência do banco indicado como apresentante da ocorrência de cheque sem fundos;

- Solicite ao banco informações sobre o número, valor e data do cheque que foi apresentado duas vezes, sem que houvesse saldo na conta corrente para pagamento;

- Verifique nos canchotos de cheques para quem foi emitido o cheque. Procure a pessoa ou a empresa, a fim de regularizar o débito e recuperar o cheque.

- Com o cheque, prepare uma carta, conforme orientação do gerente da sua conta no banco que informou a ocorrência de cheque sem fundos. Junte o original do cheque recuperado, recolha no banco as taxas pela devolução do cheque e protocole uma cópia dos documentos entregues ao banco para regularização no Banco Central.

- Para regularização no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), o correntista deve acompanhar e obter o protocolo da comunicação de regularização do seu banco para o Banco do Brasil, encarregado pelo Banco Central de Processar a atualização do arquivo de CCF.

- A regularização de cheques sem fundos só ocorrerá na Serasa após o Banco do Brasil enviar o comando específico, por meios magnéticos.

Anotação de título protestado

- Dirija-se ao cartório que registrou o protesto e solicite uma certidão com os dados de quem o protestou;

- Entre em contato com o autor do protesto, regularize o débito e peça uma carta indicando que a dívida foi regularizada;

- Reconheça a firma da pessoa ou empresa, retorne ao cartório onde consta o registro do protesto e solicite o seu cancelamento;

- Após o cancelamento do protesto no cartório, solicite nova certidão e a entregue na Serasa para a baixa da anotação em seus arquivos.

Anotação de ação judicial

- Para regularizar esse tipo de anotação (execução de título judicial e extrajudicial, busca e apreensão de bens, falência e concordata), certifique-se de que o processo

já foi julgado em juízo e que se encontra arquivado ou extinto. A certificação é obtida por meio de cópia do despacho do juiz ou de certidão emitida pela Vara Cível onde o processo foi distribuído. De posse da comprovação da existência de embargo à execução, penhora ou extinção do processo, entregue-a na Serasa.

Anotação de dívida vencida

- Para a regularização de pendência bancária ou financeira, procure a instituição ou empresa credora, que enviará comando específico para a Serasa executar a baixa da anotação.

Ação de Execução Fiscal Federal

- Em caso de anotação por Ação de Execução Fiscal Federal, basta apresentar a certidão negativa de débito da Justiça Federal ou entregar um documento que comprove, relativamente à dívida, o respectivo pagamento, acordo ou discussão judicial.